

ECONOMIA



Apesar dos anabolizantes injetados pelo governo, o PIB do país deverá fechar 2019 com um crescimento de apenas 1,2%, adiando para 2020 as esperanças de “retomada”, tantas vezes anunciada pelos analistas de mercado desde quando golpearam o mandato de Dilma Rousseff em 2016. Enquanto isso, 25 milhões de brasileiros seguem subocupados, dos quais doze milhões estão desempregados e outros 4,8 milhões nem sequer têm condições para seguir procurando emprego.

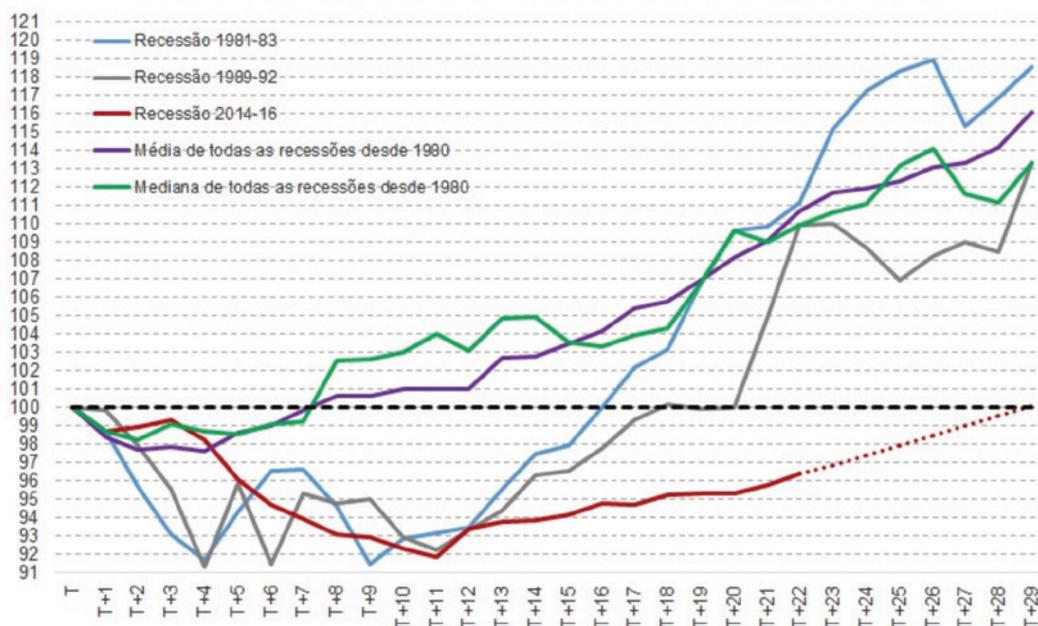
Mais um ano perdido para a economia brasileira

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao desempenho da economia no terceiro trimestre de 2019, a produção nacional segue crescendo em ritmo bastante baixo, a despeito de alguns estímulos extraordinários promovidos pelo governo

(liberação dos saldos do FGTS e do PIS/PASEP; leilões do pré-sal). Comparando-se com o terceiro trimestre do ano passado, o PIB avançou apenas 1,2%, portanto, uma taxa inferior àquela que era registrada ao final de 2018 (1,3%).

Figura 1 - Brasil: padrão de evolução do PIB dessazonalizado em recessões

Pico anterior ao início da recessão = T = 100. Fontes: Codace/FGV, IBGE e Ipea.



Fonte: LCA Consultores Associados

Por conta dessa renitente anemia que tem marcado o período ultraliberal do pós-golpe (2017-2019), o atual ciclo de recuperação já se apresenta como mais lento entre todos os processos recessivos que experimentamos desde a industrialização. Como se pode observar na figura 1, nas três recessões consideradas, o PIB caiu fortemente durante aproximadamente três anos, a partir de quando se iniciaram as recuperações. Contudo, diferentemente do que ocorreu nas recessões de 1981-83 (crise da dívida externa; linha cinza) e 1989-92 (governo Collor; linha azul), no quadro atual (linha vermelha) a recuperação tem se demonstrado muito mais difícil e, a se manter o ritmo de crescimento que vem sendo registrado desde 2017, a economia só deverá alcançar o patamar prévio ao início da crise (T=100; primeiro trimestre de 2014) no início de 2021, ou seja, sete anos depois e nove trimestres mais tarde do que ocorreu nos demais ciclos recessivos brasileiros.

Apesar disso, a propaganda e a torcida rentista têm tratado de difundir a ideia de que uma vez aprovadas as “reformas estruturais” de inspiração neoliberal (reforma trabalhista, da Previdência e intro-

dução de mecanismos impositivos de austeridade fiscal), finalmente estaríamos às vésperas de um novo ciclo expansivo. Os números setoriais, entretanto, não apontam nessa direção.

É verdade que a economia deve finalmente ganhar algum fôlego na passagem deste segundo semestre de 2019 para o primeiro de 2020. Porém, longe de estar respondendo às “reformas estruturais”, esse provável voo de galinha que assistiremos deve-se antes de mais nada ao keynesianismo envergonhado e de baixa intensidade a que se socorreu o ultraliberal Paulo Guedes. Diante de um início de ano com a economia em ritmo declinante, o superministro da economia lançou mão de estímulos à demanda que fizeram expandir o consumo das famílias e o investimento agregado (FBCF), promovendo uma inflexão na tendência de desaceleração que vinha se consolidando. Como indicado na figura 2, o consumo das famílias cresceu 0,8% na passagem do segundo para o terceiro trimestre do ano e 1,5% no acumulado até setembro de 2019, enquanto o investimento cresceu 2% entre o segundo e o terceiro trimestres de 2019 e acumulou avanço de 3,1%.

Figura 2 - PIB e componentes de demanda: evolução das taxas de crescimento (em %)

	Trimestre/trimestre anterior dessazonalizado				Trimestre/Igual trimestre do ano anterior				Acumulado	
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T18	1T19	2T19	3T19	no ano	em quatro trimestres
PIB a preços de mercado	0,1	0,0	0,5	0,6	1,2	0,6	1,1	1,2	0,7	1,0
Absorção interna (demanda interna final + var. de estoques)	-1,0	0,4	1,6	1,3	0,4	0,6	1,4	2,4	1,5	1,2
Demanda interna final	-0,4	0,3	0,5	1,0	1,1	1,2	1,8	1,4	1,5	1,4
Consumo total	-0,1	0,5	0,2	0,5	0,9	1,2	1,2	1,1	1,2	1,1
Consumo das famílias	0,3	0,6	0,2	0,8	1,4	1,5	1,8	1,9	1,5	1,7
Consumo do governo	-1,2	0,6	-0,3	-0,4	-0,9	0,0	-0,7	-1,4	-0,3	-0,8
FBCF	-1,6	-0,8	3,0	2,0	2,8	1,1	5,4	2,9	3,1	3,0
Exportações de bens e serviços	1,9	-4,7	-2,0	-2,8	12,0	-1,6	1,3	-5,5	1,4	1,3
Importações de bens e serviços	-6,2	1,4	0,7	2,9	5,0	-2,3	4,9	2,2	1,0	2,4

Fonte: IBGE / Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

Assim, embora esses números sejam positivos e importantes, além de ajudarem a compensar as perdas do comércio exterior (queda de 20,7% do saldo comercial), deve-se destacar que resultam de estímulos localizados no tempo e que se concen-

tram em setores e atividades de baixo impacto sobre as cadeias produtivas e com menores possibilidades de sustentação ao longo do tempo. Noutras palavras, trata-se de um espasmo de crescimento, de fôlego curto e baixa qualidade.

Isso fica mais explícito quando se analisa esse processo de aceleração do crescimento pela ótica da oferta, ou seja, a partir da evolução da produção dos setores de atividade econômica. Por essa perspectiva, o que se percebe é que a melhora do dinamismo observado no terceiro trimestre de 2019 foi fortemente determinado pelo bom desempenho do setor agrícola, cujo crescimento foi impulsionado por condições climáticas favoráveis e alcançou 1,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior (quando tinha retraído 0,5%) e das atividades da indústria extrativa (+12%) - que se recuperaram apenas em parte da forte queda observada no primeiro semestre do ano - e da construção civil (1,3%).

A produção manufatureira, entretanto, justamente aquele segmento industrial com efeitos dinâmicos mais virtuosos e mais sensível às expectativas, registrou no mesmo trimestre uma contração de 1% e no ano acumula uma queda de 0,2%. Já o setor de serviços, cuja maior importância está no grande volume de empregos pelo qual responde, avançou muito modestamente no terceiro trimestre (+0,4%), registrando uma variação positiva de 1,1% nos doze meses acumulados até setembro de 2019.

Comércio Exterior

O presente ano tem sido marcado por uma trajetória de deterioração do comércio exterior brasileiro, com redução acentuada das exportações. Infelizmente, contudo, os números exatos dessas contas não estão disponíveis, uma vez que o governo anunciou recentemente que os registros oficiais estavam errados e que precisarão passar por uma revisão.

De toda maneira, do que se dispõe de informações até a primeira semana de dezembro, sabe-se que as exportações brasileiras recuaram 7,2% ao longo do ano, enquanto as importações sofreram queda menor, de 3,2%. Com isso, o resultado da balança comercial deve fechar 2019 com uma redução de aproximadamente 20%, agravando sobremaneira o déficit em transações correntes do país, que já ultrapassa 3% do PIB.

Não bastasse essa perda de dinamismo externo da economia brasileira, o mais preocupante é o fato de que esse resultado está diretamente asso-

ciado à contração das exportações para os países do Mercosul (queda acumulada de 6,9 bilhões de dólares entre janeiro e novembro de 2019), especialmente para a economia Argentina (queda de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior) cujo mercado é especialmente importante como destino de nossos bens manufaturados.

Inflação e política monetária

Ao longo da maior parte do ano de 2019, a inflação brasileira seguiu em patamar bastante confortável, sistematicamente abaixo do centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. Durante os nove primeiros meses do ano as taxas do IPCA anualizadas não ultrapassaram 3,5% a.a., o que permitiu ao Banco Central vir reduzindo a taxa Selic até o patamar de 4,5%, definido em sua última reunião do ano, no dia 11 de dezembro.

Contudo, por conta da desvalorização do real observada principalmente a partir de agosto e a percepção de que a taxa de câmbio deverá permanecer em patamares mais altos do que o esperado até meados do ano - apenas ao longo do mês de novembro, a mediana das estimativas do *Relatório Focus* subiu de quatro reais por dólar para 4,15 reais - percebe-se alguma pressão sobre os preços de produtos brasileiros comercializados com o exterior, notadamente de combustíveis e de proteína animal, este último ainda fortemente afetado por choques de oferta produzidos pela quebra da produção chinesa de frango e carne suína.

Diante desse cenário, depois de um repique inflacionário em novembro (IPCA = 0,51%), já é voz comum no mercado de apostas que o ciclo de redução da taxa de Selic deve ter chegado ao seu fim e que, portanto, não se esperam novas reduções da taxa nas próximas reuniões do Banco Central. O mais provável é que se mantenha estável pelos próximos meses.

Contas Públicas e Política Fiscal

Indiferente ao quadro de anemia que se manteve na economia brasileira, o Ministério da Economia seguiu insistindo na estratégia de ajuste fiscal, contingenciando boa parte do orçamento do governo

central durante todo o ano. Com isso, a projeção de déficit primário divulgada no relatório do quinto bimestre alcançou 115 bilhões de reais, portanto, 24 bilhões abaixo do que havia sido previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). A se confirmarem esses números, a dívida bruta do setor público deverá ficar próxima de 79% do PIB, enquanto a dívida líquida deverá fechar 2019 em 56% do PIB.

Tais resultados, portanto, são melhores em termos

fiscais do que aqueles que eram previstos no início do ano, refletindo, por um lado, a incorporação de algumas receitas extraordinárias – principalmente dos leilões do pré-sal e dos diversos repasses dos bancos estatais que foram feitos ao longo do ano – e, por outro, a duvidosa insistência das autoridades econômicas em manterem o arrocho sobre os gastos públicos em um quadro de prolongada anemia econômica e gravíssima crise social.